

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV RELATÓRIO DE AÇÕES – 2016

Introdução

Criada pela Lei Complementar nº 1.010, de 01/06/2007, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 52.046, de 09/08/2007, a São Paulo Previdência – SPPREV é uma autarquia sob regime especial, configurando-se como a única entidade gestora dos Regimes Próprios de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares – RPPM do Estado de São Paulo.

Ao longo de 2016, foram realizadas ações com vistas à continuidade do processo de modernização relativa ao aperfeiçoamento da gestão previdenciária, melhoria do atendimento aos seus beneficiários e adequação de suas instalações.

GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

Ao longo de 2016, foi dada continuidade ao trabalho conjunto das Diretorias de Benefícios - Civis e Militares (DBS/DBM) e Diretoria de Relacionamento com o Segurado (DRS) com relação ao processo de melhoria contínua nos fluxos de trabalho, com as devidas parametrizações e customizações no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV. A Diretoria de Administração e Finanças (DAF) apresenta informações quanto a UG Administração.

Com essas medidas, a São Paulo Previdência está constantemente melhorando o processo de concessão e manutenção de benefícios, tornando-o mais célere e eficiente.

A autarquia administra, hoje, cerca de 416.003 mil benefícios previdenciários, aí incluídos os números relativos à absorção da inatividade da Polícia Militar, como se pode verificar no quadro abaixo:

UNIVERSO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS ADMINISTRADOS PELA SPPREV PENSÕES E APOSENTADORIAS/INATIVIDADES

PENSÕES – CIVIS E MILITARES	107.920 benefícios
APOSENTADORIAS CIVIS E INATIVIDADES MILITARES	308.083 benefícios

Fonte: SIGEPREV/DRS-SPPREV

ARRECAÇÃO E DESPESAS DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

SPPREV - SÃO PAULO PREVIDÊNCIA

Receitas Previdenciárias (valores em R\$)				
Contribuições				
	2013	2014	2015	2016
Civil				
Ativos	2.549.089.436,29	2.831.592.063,48	2.998.381.430,58	3.010.626.778,85
Inativos	456.714.502,20	493.177.645,95	559.651.181,12	558.090.900,55
Pensionistas	160.021.350,66	160.878.544,28	174.990.651,53	173.579.958,66
Patronal	5.098.178.872,59	5.663.184.126,96	5.996.762.861,16	6.021.253.557,67
Insuficiência RPPS	8.406.243.371,66	8.825.398.040,71	10.632.711.942,39	11.321.186.598,55
Parcelamento	407.086.634,87	349.505.210,47	-	-
Militar				
Ativos	467.841.248,23	534.597.970,10	566.007.201,64	573.310.821,37
Inativos	168.236.866,69	208.006.455,25	220.541.589,60	196.624.731,22
Pensionistas	63.307.118,08	77.187.377,45	79.581.171,28	69.288.087,90
Patronal	935.682.496,46	1.069.195.940,20	1.132.014.403,28	1.146.621.642,74
Insuficiência RPPM	4.297.867.138,34	5.001.582.419,53	5.350.729.829,72	5.789.134.361,84
Parcelamento	-	-	-	-
Outras				
Outras (1)	117.156.672,41	134.672.398,19	185.364.965,06	880.427.382,93
Total	23.127.425.708,48	25.348.978.192,57	27.896.737.227,36	29.740.144.822,28

(1) Destacamos as principais alíneas que compõem este item: Contribuição Servidor Afastado, Outras Contribuições Previdenciárias, receitas de aluguéis, remuneração de investimento, compensação financeira, demais restituições do Estado, Cota Pte Royalties comp. financ. prod. petróleo/gas, Recuperação de Pensão/Inativos.

Despesas Previdenciárias (valores em R\$)				
	2013	2014	2015	2016
Civil				
Inativos	13.439.552.141,16	14.668.958.715,53	16.296.530.863,79	17.437.655.547,08
Pensionistas	3.741.538.526,23	3.827.826.118,88	4.194.549.526,91	4.435.146.397,20
Militar				
Inativos	4.112.898.288,48	4.753.953.839,19	5.172.584.109,12	5.578.838.439,89
Pensionistas	1.812.714.877,21	2.074.849.780,64	2.209.338.128,09	2.254.394.818,15
Outras Despesas				
Outras (2)	22.574.908,40	29.533.566,69	35.050.742,45	59.109.619,96
Total	23.129.278.741,48	25.355.122.020,93	27.908.053.370,36	29.765.144.822,28
Administração				
	2013	2014	2015	2016
Receita Total	112.848.758,57	140.446.066,25	130.671.006,36	147.098.550,32
Despesa Total	116.558.021,59	119.110.804,39	103.536.342,64	119.336.598,51

(2) Valor decorrente de: compensação previdenciária, salário-família, obrigações de pequeno valor, indenizações e restituições.

Fonte: Siafem

A. Pensões Civis e Militares

Visando a eficiência e celeridade das concessões, foi dada continuidade em 2016 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de pensões, com o aprimoramento dos indicadores de pensão por morte para: (1) percentual de benefícios de pensão por morte concedidos em até 20 dias dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão; (2) percentual de protocolos de pensão por morte dos fluxos de habilitação, inclusão e reinclusão solicitados no período de 01/01/2015 a 31/12/2015 a serem finalizados em 2016.

Foi dada continuidade aos trabalhos do ano de 2012 projeto conjunto das Diretorias de Benefícios Servidores Públicos Civis e Militares, por meio de suas Gerências de Pensões, a fim de rever concessões de pensões cujos óbitos de instituidores tenham ocorrido após a edição da Federal nº 9.717/98, em consonância com entendimento do Parecer Administrativo nº 15/2012 da Procuradoria Geral do Estado (PGE).

De acordo com o artigo 5º da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS – não podem conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social – RGPS – de que trata a Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal. Observe-se que o inciso XII e § 4º do artigo 24 da Constituição Federal estabelecem que a competência para legislar sobre previdência social é concorrente entre a União, Estados e Distrito Federal, e há prevalência de Lei Federal sobre Lei Estadual para normas gerais em matéria previdenciária.

Deste modo, todos os benefícios diversos dos previstos no RGPS que haviam sido concedidos ao longo destes anos pelo IPESP e CBPM, até 06/07/2007, e após pela SPPREV, foram objetos de revisão em sede administrativa, respeitados os procedimentos e prazo de 10 (dez) anos previstos na Lei Estadual nº 10.177/98, cerca de 8500 (oito mil e quinhentos) benefícios foram revistos. Devido as demandas judiciais os processos não apresentaram a produtividade de extinção esperada. A providência tomada pela SPPREV foi a suspensão dos benefícios para os beneficiários apontados no escopo do projeto de revisão das pensões instituídas após a edição da Lei Federal nº 9717/98.

No exercício de 2016 para os benefícios de pensão por morte de ex-servidor civil e militar foi dado continuidade ao trabalho de invalidação e manutenção dos benefícios realizando as devidas revisões quando necessário. As revisões dos benefícios de pensão em detrimento da Lei 9717/98, ainda não foi concluída. Na Diretoria de Benefícios Civis restam 648 processos em andamento.

Na Diretoria de Benefícios Civis - DBS foram realizadas aproximadamente 18 (dezoito) mil atividades de manutenção / pagamento classificadas em: revisão e reanálise de pagamento (1.537), reversões de cota parte (1.043), análises de requerimentos de resíduos de pensão por morte (1.271); planilha de extinção de benefício (3.464); instaurações de procedimento de invalidação/ extinção de benefícios (145) e manutenções de procedimento administrativos instaurados nos exercícios anteriores a 2016 (793). Foram realizadas ainda, 3.873 análises de rubrica, 4.058 atualizações em folha de pagamento, alterações cadastrais, isenções de imposto de renda e contribuição previdenciária parcial, análises de requerimentos

de manutenção de pensões (1.388), atualização cadastral de cerca de 2.000 beneficiários indevidamente cadastrados como ex cônjuges, além do cumprimento de aproximadamente 6.683 demandas judiciais.

Eliminação dos 808 requerimentos de concessão pendentes anteriores a janeiro/2015, sendo o total de requerimentos analisados com envio de dois protocolos aguardando manifestação da Consultoria Jurídica da SPPREV.

O Total de protocolos deferidos em 2016 pela DBS – Diretoria de Benefício Civil foram de 3.770 benefícios de pensão por morte inicial, 94 inclusões de novos beneficiários em benefícios já existentes e 326 benefícios de reinclusão.

Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV benefícios: 79.913. Número de beneficiários: 92.353 beneficiários; Número benefícios concedidos em 2016: 3.770 benefícios. Média Mensal em 2016: 314 benefícios

Número de Pensão por Morte Civil paga pela SPPREV	79.913 benefícios
Número de beneficiários	92.353 beneficiários
Número benefícios concedidos 2016	3.770 benefícios
Média Mensal 2016	314 benefícios

Fonte: SIGEPREV/ DRS e DBS - SPPREV

No exercício foi publicada a Portaria SPPREV nº 334/2016 que alterou a estrutura de supervisão da DBS – Diretoria de Benefícios Civis e ajustou nomenclatura e criou supervisão na DBM – Diretoria de Benefício Militar.

No exercício de 2016 foram concedidos 1.213 novos benefícios de pensão por morte militar pela DBM - Diretoria de Benefício Militar.

Número de Pensão por Morte Militar paga pela SPPREV	28.007 benefícios
Número de beneficiários	37.838 beneficiários
Número de benefícios concedidos 2016	1.213 benefícios
Média Mensal 2016	101 Benefícios

Fonte: SIGEPREV/ DRS e DBM - SPPREV

No ano de 2016 foi dado prosseguimento ao trabalho de aprimoramento contínuo na gestão dos benefícios de pensão por morte de militares.

A organização interna da Gerência de Pensão de Militar, originalmente disposta no art. 38 da Portaria SPPREV nº 164/2009 de 18/12/2009 foi alterada e passou a ser regulamentada pelo art. 38 da Portaria do Diretor Presidente nº 334, de 24/10/2016, publicada no Diário Oficial do Estado em 28/10/2016, pgs. 15 a 19. Foi mantida a divisão em três supervisões, contudo foi subtraído o prefixo “ex” do militar e alteração do nome da Supervisão de Afastamento de Militar – SAF – que passou a se chamar Supervisão de Apoio Judicial de Pensão – SJP. No mais, passaram cerca de 7 (sete) anos da edição da Portaria nº 164,

viu-se a necessidade de revisão da estrutura quanto às atividades executadas e a divisão interna estabelecida entre as supervisões, que haviam deixado de condizer com a previsão do mencionado diploma, de modo que o ajuste foi necessário.

Quanto às atividades desenvolvidas no ano de 2016, na concessão de pensão realizamos análise de cerca 1.456 processos, sendo 243 casos de indeferimentos e demais de deferimentos, incluindo habilitações iniciais, inclusões e reinclusões.

Por meio da Supervisão de Apoio Judicial de Pensão, demos continuidade às ações promovidas pelo núcleo de inteligência previdenciária – NIP – que com intuito de rever os benefícios, de modo a evitar a ocorrência de eventuais fraudes, valeu-se de subsídio de outros órgãos públicos, como INSS, DETRAN, Receita Federal, entre outros, para promoverem averiguação/investigação social para apuração da existência de união estável ou verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de algumas classes de beneficiários. No ano de 2016 encerramos 333 averiguações, sendo 149 delas concluídas como positivas, e ainda existem 580 em curso. Os procedimentos administrativos concluídos totalizam 101 casos, e existem 113 em andamento. Além disso, foram emitidas 608 certidões, realizados 133 procedimentos de vistas e cópias, 412 atendimentos de demandas judiciais (inclusão de novos dependentes, exclusão, reinclusão, reversões, entre outros) e foram atendidos 527 pedidos de informações judiciais à Procuradoria Jurídica.

Na Supervisão de Manutenção de Pensão, destacamos a realização das principais atividades de manutenção, que totalizam 7890, distribuídas da seguinte maneira: 1794 revisões, sendo 203 administrativas e 1591 em decorrência de demandas judiciais; elaboração de 2887 planilhas para subsidiar a Procuradoria Jurídica em ações judiciais; 1454 exclusões de beneficiários por motivos de óbito, casamento, idade, entre outros; 607 reversões de quotas; 844 cálculos de saldo de pensão, sendo 593 com resultado devedor e 251 credor; 301 análises de pedidos de isenção de imposto de renda.

B. Aposentadorias Civis:

Na Diretoria de Benefícios Civis – DBS foram tomadas providências visando a eficiência e celeridade das concessões para o benefício de aposentadoria. Foi dada continuidade em 2016 ao trabalho para aumentar produtividade de concessão de aposentadoria, com o aprimoramento dos indicadores para: (1) Percentual de benefícios de aposentadoria concedidos em até 60 dias que foram solicitados no período de 01/10/2015 a 31/12/2016; (2) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/05/2013 a 31/12/2014; (3) percentual de protocolos de benefício de aposentadoria finalizados que foram solicitados no período de 01/01/2015 a 30/09/2015;

Com a implementação de melhorias nos fluxos do módulo de aposentadoria no Sistema de Gestão Previdenciária - SIGEPREV e na gestão interna, em 2016 foi dada continuidade ao trabalho de aprimoramento na atividade de concessão de aposentadoria com **índice médio de 84,91** dias, face as intercessões de tarefas que dividem as atribuições da SPPREV e RH de origem.

Desta forma, no exercício de 2016 tivemos o maior número de aposentadorias concedidas em um único

ano ao atingir a marca de 16.158 publicações, porém a parte destas inatividades concedidas, para ser mais exato 9.105 pedidos foram requeridos em anos anteriores, ou seja, antes de 1º de janeiro de 2016, fora portanto do período utilizado para apuração do indicador de prazo estipulado no PPA da SPPREV. Assim, as 7.054 aposentadorias solicitadas entre 01/01/2016 a 31/12/2016, sofreram por consequência atrasos, já que a prioridade assentada na autarquia fora de primeiro analisar os pedidos mais antigos em detrimento dos casos mais recentes permeados no ano de 2016.

Não sendo demasiado destacar que houve significativa melhora na eficiência dos resultados se comparado com a redução de empregados que trabalham na área, o que mostra que este órgão gestor único de RPPS está envidando esforços no aprimoramento de mecanismos para automação das concessões com inovação na gestão previdenciária através de seus sistemas e plataformas.

O total de novos benefícios de aposentadoria concedidos/publicados pela autarquia no ano foi de 16.158 benefícios, **71,50% atendendo a Secretaria de Educação e 28,50% atendendo as demais secretarias do Estado de São Paulo.**

Otimização do tempo na concessão do benefício de Aposentadoria:

- (1) **Após a implantação da 2ª fase do Projeto VTC – Validação de tempo de Contribuição**, cujo foco e dedicação consistia na realização de testes homologatórios em parceria com o RH da Secretaria da Fazenda para implantação do projeto ainda no 1º trimestre de 2016, em 10 de março de 2016 esta nova plataforma fora disponibilizada para uso dos RH's de todas as Secretarias e Autarquias da Administração Pública Indireta de forma experimental. A partir de 1 de abril do referido exercício, o uso efetivo desta plataforma de padronização de contagem de tempo para fins previdenciários se tornou obrigatório, substituindo as Certidões de Contagem de Tempo (manuais ou via GDAE) pela Validação de Tempo de Contagem gerada pelo Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV (1ª parte), vinculado ao fluxo de concessão de aposentadoria. Com esta iniciativa inovadora a São Paulo Previdência – SPPREV almeja a médio e longo prazos agilização dos processos de concessão de aposentadoria, modernizando e aperfeiçoando os serviços prestados pela autarquia. De modo a garantir a correta utilização deste novo fluxo, foram promovidos ciclos de apresentações, treinamentos, vídeos e cartilha explicativa do fluxo de VTC e novo fluxo de aposentadoria em parceria com a Secretaria da Saúde, objetivando o adequado treinamento aos funcionários do setor de Recursos Humanos das Secretarias do Estado e das Autarquias da Administração Indireta. Ressaltando ainda que algumas funcionalidades que deverão compor o módulo de VTC e Novo Fluxo de Aposentadoria serão desenvolvidas e implementadas ao longo do exercício de 2017.

Medidas Adotadas:

- (1) **Cumprimento ao Parecer PA Nº 21/2015**, atribuindo a SPPREV, a competência pelo pagamento e manutenção dos proventos de ex-servidores autárquicos do extinto Banco Caixa Econômica do Estado de São Paulo, não optantes pelo regime celetista, nos termos das Leis Estaduais nº 10.430/71 e 3.571/82. A migração ocorreu na folha de pagamento da competência

de janeiro/2016 com pagamento no 5º dia útil de fevereiro.

- (2) TREINAMENTO CGRH – Coordenadoria de Gestão de Recursos Humanos do Estado de São Paulo e SPPREV** - Como parte das ações de gestão previdenciária, a gerência de aposentadoria ao longo do exercício de 2016 deu continuidade ao programa de treinamento/ atualização previdenciária juntos aos diversos RH's dos órgãos de origem, visando discernir dúvidas sobre regras previdenciárias, documentos exigidos na Portaria Spprev 25/2012 e utilização do módulo de concessão de aposentadoria do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, tais como: (i) Participação no evento “Refletir – Encontro Permanente sobre Vivência e Gestão” promovido pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com palestra da Gerente de aposentadoria. (ii) Participação do Diretor Presidente e do Diretor de Benefícios de Servidores Públicos no programa “AFPESP na TV” (Associação dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo) que aborda temas de fundamental interesse aos servidores públicos paulistas (iii) Elaboração em parceria com a Assessoria de Relacionamento Institucional de um Guia de Perguntas e Respostas disponibilizado para os interessados na página eletrônica da SPPREV na internet (iv) realização em parceria com a Sefaz de videoconferência ara cerca de 600 servidores das áreas de recursos humanos das secretarias e autarquias do Estado de São Paulo sobre a VTC – Validação de Tempo de Contribuição e a o novo fluxo digital de aposentadoria.
- (3) Arquivamento/cancelamento de protocolos de aposentadoria pendentes no Sistema de Gestão Previdenciária** - considerando que a concessão de aposentadoria é ato administrativo complexo, desenvolvendo-se, em duas etapas, sendo a primeira realizada no departamento de recursos humanos do órgão de origem do servidor e a segunda na SPPREV, objetivando a suspensão do curso dos processos de aposentadorias pelo período máximo de 30 dias, ficando a SPPREV durante o período de suspensão à disposição dos órgãos de recursos humanos de origem para saneamento de dúvidas. Tal medida, objetiva o andamento dos protocolos de aposentadorias sem andamento administrativo por inércia dos órgãos de origem – publicação de Portaria SPPREV nº 196/2015.
- (4) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV nº 02** - tal instrução conjunta entre UCRH x SPPREV, publicada em 11 de março de 2016, face à edição das Leis Complementares nº 1.193, de 02.01.2013 e 1.239, de 07.04.2014, as quais institui a carreira de Médico, objetiva a regulamentação nos benefícios previdenciários, apresentando formulários para a adequada demonstração dos valores percebidos a título de Prêmio de Produtividade Médica – PPM e Prêmio de Incentivo – PIN.
- (5) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV nº 03** - A referida instrução conjunta entre UCRH x SPPREV, publicada em 11 de março de 2016, face a edição da Lei Complementar nº 1.195, de 17.01.2013, a qual transforma o Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN em autarquia, apresenta formulário para a adequada demonstração dos valores percebidos a título de Gratificação pelo Desempenho de Atividades no DETRAN-SP / GDAD.
- (6) Instrução Conjunta UCRH/SPPREV-1** - Face à edição das Leis Complementares nº 1.164 de 04.01.2012, alterado pela Lei 1.191 de 28.12.2012, Lei 1.192 de 28.12.12 e Lei 1.256 de

06.01.2015, as quais concedem Gratificações para os servidores do Quadro do Magistério e das Classes de Suporte Pedagógico da Secretaria da Educação, foi expedida a instrução conjunta para regulamentação nos benefícios previdenciários, apresentando modelo de formulário para a adequada demonstração dos valores percebidos a título de Gratificação de Dedicção Plena e Integral – GDPI.

- (7) Comunicado SPPREV / DBS nº 01 de 2016** - Com base nos Pareceres PA nº 206/2006 e 330/2007 e no Parecer Referencial CJ/SPPREV nº 110/2016, os quais traçam orientações jurídicas sobre a revisão do laudo de perícia médica e a dispensa dos valores eventualmente pagos a maior até a homologação pelo TCE/SP, foi expedida a referida instrução para fins de orientar os procedimentos relativos à revisão de aposentadoria por invalidez.

- (8) Instrução Normativa Conjunta SPPREV/UCRH 01** – Estabelece instruções para recolhimento, pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria dos servidores públicos com requisitos e critérios diferenciados, de que trata o artigo 40 § 4º inciso III da Constituição Federal, com fundamento na Súmula Vinculante 33 ou por ordem judicial. A referida instrução dispõe de parâmetros para análise dos requerimentos de aposentadoria especial baseados no artigo 40 § 4º inciso III da CF. tais disposições aplicam-se aos servidores da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Constas do Estado e seus Conselheiros, das Universidades, do Poder Judiciário e seus membros e da Defensoria Pública e seus membros.

- (9) Portaria SPPREV nº 334/2016** – participação na elaboração da portaria que dispõe sobre o organograma e estrutura interna da Diretoria Executiva, atribuições e competências da SPPREV, revogando as Portarias SPPREV nº 164/2009, Portaria SPPREV nº 111/2013. No âmbito da Diretoria de Benefícios Servidores Públicos fora efetivada a transferência da Supervisão de Compensação Previdenciária para a Diretoria de Administração e Finanças bem como atividades relacionadas ao afastamento de servidores que antes eram exercidas pela SAF – Supervisão e Afastamentos para a Supervisão de Arrecadação. Formalizou-se ainda a transferência da Coordenação da Geração e transmissão anula da DIRF e geração e envio de Comprovantes de Rendimento Anual bem como manutenção e retificação da Declaração de Imposto de Renda Retido na Fonte. Fora regularizada a criação da Supervisão de Pagamento de Aposentadoria de Servidor II. Alteração da nomenclatura da Supervisão de Afastamentos para Supervisão de Homologação de Tempo para Ex-Servidor por refletir melhor suas atividades e atribuições.

Na Diretoria de Benefícios Cíveis - DBS foram realizadas **16.158** concessões / publicações de aposentadoria, desses 1.202 aposentadorias por Valor Estimado. Foram realizadas aproximadamente 9.208 atividades de manutenção classificadas em: Imposto de renda (1.699); Revisão (2.153); Novos requerimentos (4.579) revisões diretas (777). Foram realizadas ainda cumprimento de **11.675 pedidos judiciais via PGenet**, relacionadas a prestação de subsídios e cumprimento de obrigações a fazer

Número de Aposentadoria paga pela SPPREV: 250.753 benefícios. Número de beneficiários: 250.753.
Número de Concessões em 2016: 16.158 benefícios; Média Mensal em 2016: 1.346 benefícios.

Novas Aposentadorias Concedidas pelo SIGEPREV – 2016

Número de Aposentadoria paga pela SPPREV	250.753 benefícios
Número de Concessões 2016	16.158 benefícios
Média Mensal 2016	1.346 benefícios

Fonte: SIGEPREV/DRS e DBS - SPPREV

Ações concluídas e/ou em andamento

- Implantação do módulo de Validação de Certidão de Tempo de Contribuição – VTC e Novo Fluxo de Aposentadoria à os órgãos de origem da Administração Indireta e Autarquias da Administração Indireta;
- Criação da Supervisão de Pagamento de Aposentadoria - SPA II, visando a reorganização das atividades da Gerência de Aposentadoria (vide Portaria SPPREV nº 334, de 24 de outubro de 2016);
- Regulamentação da Aposentadoria Especial, compartilhada pelos resultados do Grupo de Trabalho da PGE (vide Instrução Normativa Conjunta SPPREV – UCRH 01, de 1 de agosto de 2016);
- Regular continuidade de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios e pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária para fins de gestão interna.
- Disponibilização da Tela de Requerimento COMPREV para todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidade, através do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, dispensará o envio do requerimento físico. Esta demanda está sendo tratada no âmbito da Comissão específica criada via Portaria SPPREV nº 66/2015;
- Tendo em vista, a divergência de entendimento acerca da absorção/pagamento da gratificação denominada PIN – Prêmio de Incentivo, destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria da Saúde e Autarquias da Administração Indireta descentralizada. O assunto encontra-se suspenso, aguardando manifestação da Procuradoria Geral do Estado. Sem previsão para automatização do pagamento no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, atualmente o pagamento é realizado exclusivamente para os inativos que recebem a referida gratificação via ordem judicial;
- Início as tratativas e estudos relacionados ao Projeto de Desenvolvimento do Módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores);
- Cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios de pagamento de

aposentadoria e legislação previdenciária. Aguarda-se a criação da plataforma da UCRH que disponibilizará, o 1º vídeo-aula, gravado pela funcionária da Supervisão de Manutenção de Aposentadoria, Cristiane Bonilha para fins de gestão do conhecimento (público externo);

- Em relação a aprovação da minuta de Projeto de Lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e respectivo Decreto nº 52.859/07, em razão da Medida Provisória nº 664/2014, acerca do benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito Do RGPS e RPPS, apesar das diversas manifestações desta Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos/SPPREV, o trâmite encontra-se no âmbito do Poder Executivo, não havendo prazo definido para envio da proposta para o Poder Legislativo;
- Participação desta Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos como um dos membros do CCM – Comitê Consultivo de Mudanças, instituída via Portaria SPPREV nº 73, de março de 2016, considerando a necessidade de potencializar a gestão de mudanças no SIGEPREV e da necessidade de alinhamento com os objetivos estratégicos da instituição.

Proposta de Decreto regulamentar, estabelecendo procedimentos e o uso dos fluxos de Validação de Tempo de Contribuição e Novo Fluxo de Concessão de Aposentadoria, via Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, apesar de haver manifestação da Procuradoria Administrativa da área de Consultoria da Procuradoria Geral do Estado – PGE, o trâmite aguarda manifestação interna para propositura de nova redação.

C. Inatividade Militar

No exercício de 2016 foram aprimoradas as atividades de pagamento do benefício de Inatividade Militar junto a São Paulo Previdência – SPPREV, especialmente no que se refere aos ajustes de parametrizações de fórmulas das rubricas junto ao Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, bem como o procedimento de conferência de processamento de folha.

No ambiente de troca de arquivos automatizado (dados cadastrais e financeiros dos servidores militares ativos e inativos) entre São Paulo Previdência - SPPREV, Polícia Militar do Estado e Caixa Beneficente da Polícia Militar do Estado – CBPM significativos refinamentos nas trocas de informações foram firmados aumentando com isso, a segurança e agilidade na prestação de serviços de todas as instituições envolvidas.

Durante o exercício de 2016, foram iniciados os procedimentos de conferência de imagens dos arquivos físicos de pensões alimentícias de policiais militares, bem como as inatividades militares do legado, digitalizados junto ao Bureau da Imprensa do Oficial do Estado instalado junto ao DSACG/PM, com a devida assinatura das imagens por servidor desta Gerência, para seu posterior cadastramento em temporariedade de conservação de arquivo.

Publicada em 2015, a Portaria do Sr. Diretor Presidente da SPPREV nº 174 de 23-10-2015, que criou a Comissão dos Trabalhos entre a SPPREV e a Polícia Militar, para realização de atividades afetas a inativos militares, descrita em documento anterior, devido sua complexidade, ainda permanece vigente.

No exercício de 2016 foram homologados 4.011 novos benefícios de inatividade militar pela Diretoria de Benefício Militar da SPPREV.

Novas Inatividades Homologadas pelo SIGEPREV/ SPPREV -2016

Número de Inatividade paga pela SPPREV	57.330 benefícios
Número de Homologações 2016	4.011 benefícios
Média Mensal 2016	334 benefícios

Fonte: DBM/SPPREV

As Supervisões de Inatividade Militar, Supervisão de Pagamento de Inatividade Militar e Supervisão de Manutenção de Inatividades Militares permaneceram exercendo as atividades descritas em relatório do ano calendário de 2015 com excepcional esforço, uma vez que a volumetria de expedientes recebeu aumento cubico à sua linha de base enquanto de outro lado, o mecanismo de pessoal decaiu drasticamente.

Cabe destacar que as atividades da Supervisão de Pagamento de Inatividade têm inclusive alcançado proporções gigantescas relativas à implantação, manutenção (alterações), e exclusões de pensões alimentícias de beneficiários inativos militares totalizando em 2016 o quantitativo de 2.343, posto que carecem de diligência imediata uma vez que podem implicar em sanções judiciais à Autarquia em eventual descumprimento ou falha em seu manejo.

Ademais, a Gerência de Inatividade Militar intensificou bastante suas atividades em expedientes judiciais, posto que abarcou um crescimento de 73% (setenta e três por cento) em comparação ao ano anterior, para manter a qualidade laboral e não sofrer qualquer sanção em descumprimento de ordens. Totalizando em 2016 o quantitativo de 2.461.

Neste ano calendário foi possível o início das atividades de COMPREV Militar e, a esse respeito, realizamos triagem do estoque de requerimentos do legado de inatividades assumido da Polícia Militar de acordo com a urgência dos prazos prescricionais, exigências documentais e procedimentos completos.

Do trabalho realizado, a Gerência de Inatividade Militar encaminhou à SCO – Supervisão de Compensação Previdenciária a totalidade de 1.939, requerimentos atinentes ao legado da Polícia Militar. Ressaltando que ainda permanece estoque deste legado a ser remetido ao longo do próximo ano.

Insta destacar que paralelo a este trabalho do legado de COMPREV Militar, a Gerencia de Inatividade Militar iniciou os trabalhos dos procedimentos de compensação previdenciária do ano de 2013, ano este em que a homologação da inatividade passou a ser processada pelo Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, a partir do mês de agosto. Esses procedimentos, remetidos gradativamente à SCO, totalizarão ao final deste ano cerca de 2.300 expedientes, que incluem, além das inatividades passíveis de COMPREV processados pelo SIGEPREV, requerimentos anteriores a agosto 2013, tendo em vista que a Polícia Militar interrompeu sua produção ao final de 2012.

As competências pela recuperação da Compensação Previdenciária Militar - COMPREV Militar – foi definida pela Diretoria de Administração e Finanças – DAF e efetivamente transferida àquela Diretoria, restando a Diretoria de Benefício Militar tão somente a colheita dos documentos necessários.

Ações concluídas / em andamento

- Digitalização: Início de digitalização dos processos concessórios do legado de inatividade militar (anteriores a outubro/13) em Bureau da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo localizado junto ao DSACG – Departamento de Suporte Administrativo do Comando Geral da Polícia Militar;
- Folha de Pagamento: (i) Aplicações de critérios massivos, como implantações de vantagens e reajustes decorrentes de ações judiciais coletivas; (ii) Conferência individualizada da primeira folha de pagamento após a inativação, confrontando-a com a última folha do Órgão de origem;
- SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária): (i) Início de tratativas do fluxo de Revisão Administrativa de Inatividade Militar por Ordem Judicial (visa subsidiar, agilizar e aumentar a transparência das revisões e cumprimentos de ordens judiciais, com o seu respectivo ementário e documentos administrativos imprescindíveis); (ii) - Redimensionamento do Fluxo de Concessão de Inatividade por Ordem Judicial (início de tratativas com a Polícia Militar); (iii) Aprimoramento do Fluxo de Isenção de Imposto de Renda; (iv) Início das Tratativas do fluxo de Correção Monetária; (v) Redimensionamento do Relatório SISOB e suas funcionalidades (início de tratativas com a DBS e DRS);
- Desenvolvimento de mecanismo de planilhas de controles internos / protocolos: Controle interno visando aperfeiçoamento/melhoria nos expedientes da Gerência de Inatividade Militar, bem como redução no gasto com impressão, agilidade na tramitação de documentos e geração de subsídios para os gestores;

D. Certidão de Tempo de Contribuição – CTC (Homologação)

Desde a publicação da portaria SPPREV nº 428 de 2013, atribuindo competências e celeridade à conferência e homologação da Certidão de Tempo de Contribuição – CTC a autarquia obteve resultados positivos.

Ao longo do exercício de 2016 foram realizadas algumas ações visando melhoria no gerenciamento e fluxo dos processos de homologação de Certidão de Tempo de Contribuição e diminuição do estoque, dentre elas a continuidade da disponibilização de funcionária lotada na Secretaria da Educação para acompanhamento e verificação in loco (SPPREV-SHT, antiga SAF – Supervisão de Afastamento) das certidões emitidas por esta Secretaria com o intuito de diminuir o elevado número de devoluções de processos por motivo de exigências.

Realizamos ainda reuniões com a Coordenadoria de RH e convocações de unidades de recursos humanos com reiterados problemas de devolução para instruções e aprimoramento do trabalho de homologação das certidões.

Foi publicado o Comunicado DBS/SPPREV -02 de 19.09.2016 que visa orientar os órgãos Setoriais, Subsetoriais e Serviços de Pessoas do Sistema de Administração de Pessoal da Administração Direta e das Autarquias do Estado quanto à padronização dos procedimentos de expedição e homologação de Certidões de Tempo de Contribuição - CTC, considerando se tratar de documento exclusivo para ex-servidores

públicos que, por algum período de tempo, estiveram vinculados ao RPPS, permitindo utilizar o seu tempo de serviço / contribuição ao RPPS para obtenção de aposentadoria junto a outros regimes previdenciários.

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2016: Número de CTC Analisadas 18.816 Número de CTC Homologada -12.714 ; Média Mensal Homologadas 1.059 Saldo total (Estoque): 6.709

CTC – Certidão de Tempo de Contribuição Homologadas no exercício de 2015:

Número de CTC Analisadas	18.816
Número de CTC Homologada	12.714
Média Mensal Homologadas	1.059
Saldo total (Estoque)	6.709

Fonte: DBS - SPPREV

Por meio da Portaria SPPREV nº 334/2016 que alterou o organograma da SPPREV, a Supervisão que trata destes processos sofreu alteração na nomenclatura. Antes chamava-se SAF – Supervisão de Afastamento passando a se chamar de SHT – Supervisão de Homologação de Tempo de Ex-Servidor.

E. COMPREV – Compensação Previdenciária

O Estado de São Paulo possui protocolado junto ao INSS, por meio de sistema federal administrado pela DATAPREV 34.186 mil requerimentos de RO (Regime de Origem) de compensação previdenciária.

Em contrapartida, o INSS tem protocolado junto ao Estado de São Paulo 11.086 requerimentos de compensação previdenciária.

No exercício de 2016 o INSS concedeu 5.948 requerimentos de compensação previdenciária, gerando R\$ 227 milhões ao Estado de São Paulo. Em contrapartida a SPPREV concedeu 647 requerimentos ao INSS que correspondeu a R\$ 33 milhões de compensação reconhecidos à autarquia Federal.

Os requerimentos de benefícios anteriores a 06/05/99 aprovados, tiveram durante o exercício de 2016 o reconhecimento dos créditos do estoque em R\$ 26,9 milhões, totalizando R\$ 234,5 milhões em favor do Estado de São Paulo.

A proporcionalidade de análise pela SPPREV manteve-se constante no exercício de 2016, em torno de 75% visto o grande aumento ocorrido no anterior. Já o INSS, por estar em grande defasagem no exercício de 2015, elevou a quantidade de análise em 8% chegando a 70,26% refletindo assim no aumento considerável de requerimentos aprovados e indeferidos no exercício de 2016 bem como na elevação significativa dos valores recebidos e reconhecidos em estoque.

O Estado de São Paulo possui 36.015 requerimentos aprovados pelo INSS, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 6.501.499,64 (seis milhões quinhentos e um mil quatrocentos e noventa e

nove reais e sessenta e quatro centavos). Com base nos valores médios recebidos em 2016 e considerando que a totalidade dos requerimentos protocolados sejam aprovados, são estimados o recebimento de R\$ 856.449.892,90 milhões relativos a valores atrasados e ainda de RR\$ 6.171.256,72 (seis milhões cento e setenta e um mil duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e dois centavos) de pró-rata que, somando-se a já atualmente recebida passaria para mais de R\$ 12 milhões/mês.

O INSS possui 7.707 requerimentos aprovados pelo Estado de São Paulo, com pagamento ativo, que geram pró-rata mensal de R\$ 1.403.082,79 (hum milhão quatrocentos e três mil oitenta e dois reais e setenta e nove centavos). Com base nos valores médios recebido em 2016 e considerando que a totalidade de requerimentos protocolados sejam aprovados, gerariam R\$ 292.910.855,34 milhões de valores atrasados e ainda R\$ 2.018.206,30 (dois milhões dezoito mil duzentos e seis reais e trinta centavos) de pró-rata, considerando-se que sejam calculados pela média de benefícios do INSS.

Medidas Adotadas:

- (1) Otimização de tempo para requerimento COMPREV** - Elaboração da Tela de requerimento COMPREV no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV que encontra-se em fase de testes e homologação para posterior disponibilização para todas as Secretarias da Administração Direta, Autarquias da Administração Indireta, Outros Poderes e Universidades no referido sistema.
- (2) Criação de Indicador de Resultados** – Percentual de requerimentos enviados ao INSS dos benefícios de aposentadoria concedidos pela SPPREV no exercício de 2011, visando aumentar o percentual dos requerimentos enviados para compensação previdenciária dos benefícios de aposentadoria concedidos pela SPPREV no exercício de 2011 buscando um aumento de receita para a autarquia e ao mesmo tempo evitando que a prescrição alcance estes benefícios gerando perda de receita.

Por meio da Portaria SPPREV nº 334/2016 que alterou o organograma da SPPREV, a Supervisão que trata destes processos sofreu alteração na Diretoria que estava subordinada, passando a vinculação a DAF - Diretoria de Administração e Finanças da SPPREV.

F. Emissão de certidão negativa de débito de contribuição previdenciária (CND)

Desde o exercício de 2014 é atividade realizada pela DAF/Diretoria de Administração e Finanças – Supervisão de Controle e Arrecadação.

A Certidão Negativa de Débito (CND) se refere ao recolhimento de contribuição previdenciária durante período de afastamento e é utilizada pelo Órgão de Origem para fins de contagem de tempo de contribuição.

No ano de 2016 foram emitidas 1.535 CND's.

G. Economia com a eliminação de pagamentos indevidos

O cancelamento de pagamento de segurados em virtude de identificação de benefícios e/ou valores de benefícios indevidamente percebidos (fraude previdenciária), fruto de cruzamentos entre as bases de dados cadastrais do SIGEPREV e outros órgãos/entidades e de ações diretas da Autarquia, gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido a valor presente da ordem de R\$ 372.141.570,16 (trezentos e setenta e dois milhões cento e quarenta e um mil quinhentos e setenta reais e dezesseis centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2016.

Nesse âmbito e em atendimento ao art. 9º, II, da Lei nº 10.887/2004, foram dadas continuidade a medidas implantadas e/ou consolidadas no exercício anterior:

1. Sistema de monitoramento dos participantes

A competência de **recadastramento e de recenseamento** por parte da autarquia vem sendo legalmente observada por meio de contrato firmado com instituição bancária (Banco do Brasil) e com a empresa contratada para a realização de perícias médicas (Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho LTDA).

Realização de 408.345 recadastramento no exercício de 2016, sendo 369.633 realizados no Banco do Brasil, 38.712 pelo atendimento SPPREV sendo 2.252 através de visitas domiciliares.

Foram atividades realizadas:

- Agendamento, controle e realização 2.252 recadastramentos domiciliares;
- Análise dos recadastramentos efetuados, com a devida observância ao estipulado pela Portaria SPPREV nº 224/2015

A partir de junho/2014 a empresa Ambiental Qualidade de Vida no Trabalho Ltda. tem realizado as perícias médicas, sendo entregues no total 2.188 laudos médicos no exercício de 2016.

2. Núcleo de Inteligência Previdenciária – NIP.

A SPPREV estabeleceu um NIP – Núcleo de Inteligência Previdenciária, que em consonância com a Lei Estadual nº 10.177/88, coordena e realiza o monitoramento dos benefícios previdenciários sob sua gestão, promovendo a prevenção e a correção das irregularidades, erros ou eventuais desvios.

Atua na invalidação de benefícios no intuito de cumprir a disposição legal da Lei Federal nº 9.717/98. Esta atividade gerou para os cofres do Estado de São Paulo uma economia baseada em cálculo atuarial trazido o valor presente da ordem de R\$ 97.953.292,29 (noventa e sete milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e noventa dois reais e vinte e nove centavos) entre os meses de janeiro e dezembro de 2016.

Pela Diretoria de Benefícios Civis durante o exercício de 2016 foram instaurados 145 procedimentos de invalidação, 793 manutenções de procedimentos administrativos instaurados em exercícios anteriores além do arquivamento de 60 procedimentos administrativos

Pela Diretoria de Benefícios Militares durante o exercício de 2016 foram instaurados 32 procedimentos de invalidação, 81 procedimentos de extinção e concluídos 28 procedimentos de invalidação e 73 procedimentos de extinção. Foram ainda encerradas 333 averiguações sendo 149 delas concluídas como positivas e ainda existem 580 em curso.

Dentre as principais atividades do Núcleo de Inteligência Previdenciária, destaca-se:

- * Controles Preventivos – evitar a ocorrência de erros, desperdício ou irregularidades;
- * Controles Detectivos – detectar erros, desperdícios ou irregularidades, no momento da ocorrência, permitindo a adoção de medidas tempestivas;
- * Controles Corretivos - detectar erros, desperdícios ou irregularidades depois que já tenham ocorrido, permitindo a adoção posterior de ações corretivas.

Sob este enfoque, destaca-se a realização de ações internas de checagem de cadastros entre o RPPS e o RPPM do Estado de São Paulo para verificação das condições dos beneficiários, além de verificação de casamentos e óbitos pelos respectivos sistemas SEADE (âmbito estadual) e SISOB (âmbito nacional).

Destacamos a realização de averiguação/investigação social. A maioria das averiguações sociais são realizadas para apuração da existência de união estável. Havendo, ainda, casos de verificação da manutenção da condição de invalidez para o trabalho de alguns beneficiários.

3. Como ação direta da Autarquia, em 2013 iniciou-se e nos anos posteriores foi dada continuidade a revisão dos processos de concessão do benefício de pensão por morte, à luz de nova determinação da Procuradoria Geral de Estado.

ECONOMIA COM A ELIMINAÇÃO DE PAGAMENTOS INDEVIDOS

NÃO HOUVE META ESPECÍFICA PARA EXERCÍCIO 2016	*
APURADO ATÉ DEZEMBRO/ 2016	R\$ 372.141.570,16

Fonte: Cruzamento de dados Seade/Sisobi com o SIGEPREV e resultados de ações internas da SPPREV – Relatório DRS/SPPREV 2016.

Reestruturação Organizacional e de Cargos e Salários

A SPPREV não realizou concurso público no ano de 2016 em razão de não ter obtido autorização governamental.

Até o momento a SPPREV não possui autorização governamental para realização de concurso público em 2017. Continua em vigor o Decreto nº 61.466/2015 que veda a admissão e contratação de pessoal, bem como o aproveitamento de remanescentes de concursos públicos com prazo de validade em vigor no âmbito da administração pública direta, das autarquias inclusive as de regime especial.

Houve um decréscimo (pedido de demissão) de 20 vagas em relação ao ano de 2015 no quadro permanente da autarquia.

Emprego público permanente	Vagas previstas	Vagas ocupadas	% ocupação
Analista em Gestão Previdenciária	95	81	85,26%
Técnico em Gestão Previdenciária	300	234	78,00%
Total	395	315	79,74%

Os **Grupos de Trabalhos** criados através da Portaria SPPREV nº 405, de 13-11-2014 e prorrogada pela Portaria SPPREV nº 385, de 11-11-2016 desenvolveram em 2016 as seguintes atividades:

○ **GT- Gestão de Recursos Humanos**

- Conclusão da proposta do Plano de Cargos, Carreira e Salários - PCCS para a SPPREV que se encontra para avaliação e aprovação da Diretoria Executiva.

○ **GT- Reestruturação Organizacional**

- Realização de rearranjos estruturais da SPPREV com a revisão das Portarias de Atribuições (Portaria SPPREV nº 334, de 24-10-2016);

- Elaboração da proposta de reestruturação da Diretoria de Administração e Finanças que prevê o seu desmembramento em duas Diretorias: a de Diretoria de Administração e a outra de Diretoria de Finanças, Planejamento e Controle e

- Mapeamento do atual sistema decisório da autarquia;

- Em desenvolvimento a reestruturação da Diretoria de Relacionamento com o Segurado.

- **GT- Integração e Modernização de Processos**

- Operacionalização do Escritório de Projetos e
- Viabilização e criação do Comitê Consultivo de Mudança - CCM/SIGEPREV.

- **GT- Melhorias no Atendimento**

- Desenvolvimento e publicação do Guia do Beneficiário que está sendo entregue aos novos beneficiários;
- Revisão do site da SPPREV e da lista dos serviços prestados com a divulgação dos prazos de cada serviço e implementação de rotina para a sua atualização;
- Divulgação interna dos canais de atendimento: suas rotinas, funcionamento e estrutura a todos os funcionários da SPPREV e
- Viabilização e contratação do sistema de gestão dos fluxos de informações internas (Citizen Relationship Management - CRM).

Foi ainda instituído o Comitê da Gestão do Conhecimento e Inovação da São Paulo Previdência através da Portaria SPPREV nº 305, de 09-09-2016, com o objetivo de pesquisar processos de gestão do conhecimento e da inovação em diversos contextos organizacionais; analisar os impactos da Tecnologia de Informação - TI na gestão de informação, do conhecimento e da inovação; mapear ativos e redes de inovação e difusão tecnológica; analisar políticas e estratégias de promoção da inovação e da gestão de conhecimento para aprimorar e ampliar as iniciativas existentes; disseminar os conceitos e a cultura de inovação; estimular treinamento e formação de recursos humanos nas áreas de gestão do conhecimento e da inovação, com foco em aprendizagem organizacional, gestão de competências e educação corporativa.

O Comitê firmou a parceria com a Unidade de Inovação iGovSP da Subsecretaria de Parcerias e Inovações da Secretaria do Governo de São Paulo, iniciou a elaboração do Plano de Gestão do Conhecimento e Inovação, está desenvolvendo junto com a Assessoria de Relacionamento Institucional o Plano de Comunicação Interna, padronizou o fluxo de extinção de benefícios entre as Gerências de Pensões Civil, de Pensão Militar, de Aposentadoria e de Inatividade, preparou o Curso de Atendimento que foi ministrada em janeiro de 2017 para todos que realizam o atendimento na SPPREV e iniciou a preparação de treinamentos na área previdenciária.

Iniciativas Concluídas Constantes no Planejamento Estratégico

- Reestruturação da Câmara de Compensação - COMPREV, com suas competências, atribuições e funções revisadas e adequadas às necessidades da SPPREV;
- Desenvolvimento e implementação de ferramenta de processamento e controle de contribuições previdenciárias - Módulo Arrecadação dos Afastados e Módulo Controle Individual de Contribuições do Servidor;
- Reestruturação da área de Controle e Cobrança de Contribuições Previdenciárias dos Afastados, com suas competências, atribuições e funções revisadas e adequadas às necessidades da SPPREV;

Redução e Otimização das Despesas de Custeio

Em atenção ao Decreto nº 61.785, de 5 de janeiro de 2016, que estabeleceu diretrizes e restrições, aplicáveis no exercício de 2016 para as despesas que especifica no âmbito do Poder Executivo, a SPPREV promoveu a revisão e otimização dos seguintes contratos de prestações de serviço:

1) Processo nº 106.216/2015

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

Objeto: Prestação de serviços de informática, abrangendo os serviços de consultoria, manutenção de sistemas e guarda de dados do Sistema de Gestão Previdenciária da folha de pagamento dos pensionistas e servidores inativos do IPESP.

Redução de 15,00% sobre o valor global atualizado da contratação, o termo de contrato de redução foi assinado em 11.08.2016, redução aplicada no período de 14.12.2015 a 13.03.2017, perfazendo o valor de redução de R\$ 124.380,68.

2) Processo nº 63.403/2012

Contratada: Construtora e Incorporadora EXATA Ltda.

Objeto: Locação dos 3º, 4º, 5º e 6º andares do imóvel localizado na Rua Bela Cintra, nº 643, Consolação, São Paulo, SP.

Redução de 19,31% sobre o valor global atualizado do período de 31.05.2016 a 27.08.2018, perfazendo uma redução mensal de R\$ 17.371,96 e total de R\$ 467.884,79 até o final do período do contrato.

3) Processo nº 111.634/2012

Contratada: Construtora e Incorporadora EXATA Ltda.

Objeto: Locação dos 1º e 2º andares do imóvel localizado na Rua Bela Cintra, nº 643, Consolação, São Paulo, SP.

Redução de 18,03% sobre o valor global atualizado do período de 31.05.2016 a 25.02.2017, perfazendo uma redução mensal de R\$ 9.061,62 e total de R\$ 80.346,36 até o final do período do contrato.

4) Processo nº 36.929/2015

Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda.

Objeto: Contratação de serviço de suporte técnico, manutenção e atualizações dos sistemas Oracle.

Economia contratual de R\$ 233.267,35, referente a não aplicação de reajuste contratual no percentual de 10,18% relativo ao período de 30.06.2016 a 28.07.2017, objeto de negociação com a empresa.

5) Processo nº 5.951/2014

Contratada: Oracle do Brasil Sistemas Ltda

Objeto: Contratação de serviços de manutenção, suporte e atualização de softwares Oracle.

Economia contratual de R\$ 673.906,75, referente a não aplicação de reajuste contratual no percentual de 10,73% relativo ao período de 19.03.2016 a 22.07.2017, objeto de negociação com a empresa.

6) Processo nº 66.027/2015

Contratada: Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – PRODESP.

Objeto: Contratação de Sistema de Consulta das Contribuições Individuais e Arrecadação - PKC.

Redução de 7,99% sobre o valor global atualizado da contratação, aplicado a partir de 12.11.2016, perfazendo o valor de redução de R\$ 38.087,10 até o final do período do contrato.

Quadro Resumo:

em R\$

Item de Despesa	Valor Reduzido
Informática	1.069.641,88
Locação de Imóveis	548.231,15
Total	1.617.873,03

Outras despesas otimizadas e reduzidas durante o exercício de 2016:

	2015	2.016	Diferença (2015-2016)	Variação (2016/2015)
33905011 - ENERGIA ELETRICA	612.240,62	574.930,71	37.309,91	-6,09%
33905012 - TELEFONIA FIXA	813.320,76	381.955,27	431.365,49	-53,04%
33905013 - ÁGUA E ESGOTOS	121.497,59	151.447,89	-29.950,30	24,65%
TOTAL	1.547.058,97	1.108.333,87	438.725,10	-28,36%

Fonte: SIGEO

A SPPREV obteve outorga através de Portaria do Superintendente do Departamento de Águas e Energia Elétrica da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos para utilização de poço artesiano construído pelo

proprietário do imóvel onde se localiza a Sede, o que resultará em economia na conta de consumo de água no exercício de 2017.

Saneamento e Recursos Hídricos

DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA

Portaria do Superintendente, de 7-12-2016

Com fundamento no artigo 11, incisos I e XVI do Decreto n.52.636 de 03/02/71, e à vista do Código de Águas, da Lei 6.134 de 02/06/88, do Decreto n.32.955 de 07/02/91, da Lei 7.663 de 30/12/91, do Decreto 41.258 de 31/10/96 e da Portaria D.A.EE n.717 de 12/12/96,

Fica outorgada à São Paulo Previdência - SPPREV, CNPJ 09.041.213/0001-36, concessão administrativa para utilizar recursos hídricos, na Rua Bela Cintra, 657, Bairro Consolação, município de São Paulo, para fins de solução alternativa tipo I, conforme abaixo relacionado:

- Poço Local-001 - DAEE 343-3304 - Aquífero Formação São Paulo - Coord. UTM (K.m) - N 7.394,20 - E 330,73 - MC 45 - Prazo 05 anos - vazão 6,00 m³/h - período 03 h/d - (todos) d/m. Autos DAEE 9909450 - Extrato de Portaria 3831/16.

As presentes Portarias DAEE, que entrarão em vigor na data da sua publicação, poderão ser revogadas na hipótese de descumprimento de qualquer norma legal ou regulamentar atinente à espécie.

TOTAL GERAL DE REDUÇÃO EM 2016	2.056.598,13
--------------------------------	--------------

MODERNIZAÇÕES NA INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI

Os pilares das atividades da área de TI continuaram focadas para a alta performance, disponibilidade e segurança da infraestrutura de TI. Em 2016 tivemos a elaboração e licitação de grandes contratos, como o de outsourcing de impressão, do licenciamento Microsoft e da atualização do Notes para nova plataforma IBM. Os principais projetos em 2016 foram:

Projetos de infraestrutura

- Substituição do parque de máquinas de impressão e reprografia da SPPREV, que além de modernizado está mais adequado às necessidades da autarquia;
- Continuidade da atualização do parque de máquinas utilizado, substituindo equipamentos obsoletos, trazendo inovação tecnológica e maior desempenho para as atividades exercidas pelos usuários da SPPREV;
- Implantação da ferramenta Zabbix de monitoração da infraestrutura e serviços de TI o que permitiu evoluir os procedimentos de monitoração, focando na prevenção de incidentes e tornando as respostas aos problemas de TI mais efetivas;
- Realizado o upgrade do link da sede para 100Mb/s, com a troca de todos os equipamentos de borda da rede, melhorando o desempenho e acompanhando o aumento do uso de banda de dados dos últimos anos;
- Implantação de novo servidor de arquivos, focando a estrutura em flexibilidade para os setores e segurança da informação. Projeto ainda em desenvolvimento.

Desenvolvimento de sistemas e melhorias (utilização interna SPPREV)

- Absorção do sistema de controle utilizado pela Diretoria de Benefícios Militares na validação das informações de pagamento, trazendo o sistema para o ambiente gerido pela GTI e com os requisitos de segurança necessários às informações;
- Intermediação na implantação do SIPREV na autarquia, realizando trocas de arquivos com o Ministério da Fazenda/ Secretaria de Previdência Social e alterações no ambiente de tecnologia do sistema;
- Auxílio na implantação de nova ferramenta de digitalização DSDI/DSDOCS, onde foi necessária diversas configurações em equipamentos de rede, computadores e scanners para o seu funcionamento.
- Atuação no processo de implantação do sistema SPdoc em conjunto com a Assessoria da SPPREV, projeto esse que ainda está em andamento.

Extração de relatórios

- Executado levantamento e criação de relatórios para fim de acompanhamento de indicadores de resultado nas áreas fim e meio da SPPREV.

- Disponibilização de relatórios na plataforma de BI Oracle.
- Reestruturação do Portal BI para alinhamento com os resultados obtidos através de análises de outros setores, objetivando apresentar com precisão os valores no Portal da Transparência – não concluído;
- Implantação de relatórios na ferramenta do BI Oracle para facilidade e automatização do processo de extração de relatórios, essa atividade ainda continuará em 2017;
- Emissão de relatório para controle de estoque de processos de aposentadoria pendentes, tanto na Origem quanto na SPPREV, com inclusão de novos dados solicitados pela DBS-GAP para facilitar a distribuição de processos nas respectivas supervisões.

Implantação de sistemas e recursos de controles e monitoramentos on-line real-time.

Objetivo: garantir segurança, alta performance e alta disponibilidade para a estrutura de TI - SPPREV, que conta com:

- Parque de máquinas: 810 computadores em uso(70 em estoque)
- Usuários de rede: 845 (Funcionários, estagiários e prestadores de serviço)
- Redes de dados: 19: 1 Sede; 1 Subsede e 17 Regionais. São monitoradas e gerenciadas à distância.
- CPD: 78 servidores: 29 físicos e 48 virtuais - Backup diário de 1453,76 Gb.
- Telefonia: 698 ramais: 101 digitais e 597 analógicos.

Assessoramento em Tecnologia

- Atividade executada em conjunto com diversas áreas da autarquia, auxiliando esses setores em demandas relacionadas à Tecnologia da Informação;
- Negociação de contratos com fornecedores de TI para redução contratual;
- Elevação da maturidade nos processos de Governança de TI da SPPREV, trabalhando em conjunto com os demais gestores, identificando e atuando em pontos de criticidade para o funcionamento da autarquia e elaborando estudo para alinhamento dos serviços da TI com as expectativas do negócio. Projeto ainda em desenvolvimento;
- Participação dos membros da GTI em diversos grupos de trabalho da autarquia.

Digitalização

- Manutenção da produtividade do Bureau de Digitalização localizado na sede da Autarquia em 200.000 páginas /mês;
- Digitalização do legado e dos processos judiciais de inatividade militar;
- Implantação de nova tecnologia de Content Management, sistema de captura de imagens;
- Agendamento e controle dos certificados digitais emitidos;

Folha de Pagamento

- Processamento de mais de seis milhões de pagamentos durante o ano de 2016, envolvendo recursos e insumos de entrada (carga de informações externas, como Seade, Sisobi, CIAF, Prodesp, Iamspe, CIP e de legislação, entre outros); processamento (recursos humanos e de estrutura lógica) e de saída (arquivos de pagamento, relatórios financeiros e arquivos informativos e de controle);
- Aprimoramento do controle da folha de pagamento, com verificações genéricas e pontuais de eventuais erros, sejam eles sistêmicos e/ou operacionais, e correções necessárias a fim de que os problemas apontados sejam sanados;
- Aplicações de critérios massivos, como reajustes e reenquadramentos de classes;
- Alteração do sistema de consignações para receber o cartão consignado

SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária)

- Implantação na administração direta e indireta do fluxo de VTC – Validação de Tempo de Contribuição;
- Atualização da ficha de contribuições previdenciárias de ativos;
- Entrega do fluxo de Afastados com geração de boleto bancário;
- Atualização do “layout” do SIGEPREV (Sistema de Gestão Previdenciária);
- Atualização da base cadastral de vínculos (extintos);
- Atualização da ficha de contribuições previdenciárias de ativos;
- Fornecimento de relatórios solicitados tanto pelas áreas fim quanto pelas áreas administrativas;
- Abertura e acompanhamento de Tickets e Tasks, com foco na correção de problemas pontuais apresentados pelo sistema e no desenvolvimento das funcionalidades do mesmo;
- Implantação do endereço único nos cadastros de servidores e dependentes, com segregação dos endereços localizados em áreas de risco definido pelos Correios;
- Desenvolvimento da nova tela COMPREV;
- Atualização do banco de dados “SIPREV” junto ao Ministério da Fazenda/ Secretaria de Previdência Social.

RELACIONAMENTO COM O SEGURADO

Ampliação do Número de Escritórios Regionais

Os últimos Escritórios Regionais inaugurados foram de Botucatu e Santo André (ambos Poupatempo). Atualmente os pontos de atendimento da SPPREV estão disponibilizados da seguinte forma:



Em relação aos dados de **Beneficiários Geolocalizados** no Estado de São Paulo foram obtidas as seguintes informações:

SPPREV - DRS GRE - GEOLOCALIZAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS - 2017					
RESUMO GERAL					
Beneficiários geolocalizados no Estado de São Paulo:	96,77%				
Beneficiários geolocalizados fora do Estado de São Paulo:	3,23%				

RESUMO DETALHADO

DADOS DE 2017 - PERCENTUAL DE BENEFICIÁRIOS GEOLOCALIZADOS NO ESTADO DE SÃO PAULO

REGIÃO	BENEFICIÁRIOS	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	INATIVOS MILITARES	HABITANTES
SÃO PAULO - SEDE E SANTO AMARO	37,3%	51,6%	34,4%	14,0%	19.033.112
CAMPINAS	13,3%	62,1%	28,9%	9,0%	6.254.041
SOROCABA	6,3%	58,6%	31,0%	10,4%	2.252.913
SANTOS	6,0%	48,0%	36,2%	15,8%	1.931.110
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	5,1%	66,4%	22,7%	10,9%	1.459.201
BAURU	4,3%	62,0%	26,8%	11,2%	1.055.861
TAUBATÉ	3,9%	53,9%	33,1%	13,0%	1.010.530
ARAÇATUBA	3,5%	64,4%	23,5%	12,1%	1.154.412
MARÍLIA	3,5%	64,4%	23,5%	12,1%	945.955
RIBEIRÃO PRETO	3,4%	56,2%	31,3%	12,5%	1.304.318
PRESIDENTE PRUDENTE	3,3%	64,0%	23,3%	12,7%	835.346
ARARAQUARA	2,8%	58,5%	30,3%	11,1%	956.212
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	2,5%	59,2%	29,4%	11,4%	1.260.147
BOTUCATU	1,9%	61,4%	29,8%	8,8%	556.948
FRANCA	1,7%	66,9%	23,1%	10,0%	707.101
SANTO ANDRÉ	1,2%	67,7%	21,8%	10,5%	674.915

Relacionamento com Segurado – Atendimento Sede e Regional

Em 2016 visando o aprimoramento dos fluxos de atendimento e melhoria dos serviços prestados pela Gerência de Relacionamento, foram realizadas as seguintes atividades:

- **Atividades executadas:**
 - ✓ Análises técnicas de pensões civis;
 - ✓ Análises de decisão de pensões civis;
 - ✓ Análises da Portaria 25;
 - ✓ Análises técnicas de pensões militares;
 - ✓ Análises de decisão de pensões militares;
 - ✓ Cálculos judiciais;
 - ✓ Recadastramentos;

- ✓ Alterações de conta corrente e cadastro civil;
 - ✓ Alterações de conta corrente e cadastro militar;
 - ✓ Auxílio na atividade de obtenção de extrato financeiro para ações judiciais;
 - ✓ Elaboração de respostas sobre revisão de pagamento de aposentadorias;
 - ✓ Confeção e emissão de Declaração de Aposentadoria, Declaração de Inexistência, Declaração de viagem Terrestre, Declaração de PIS/PASEP no ato do atendimento;
 - ✓ Auxílio à Supervisão de Compensação Previdenciária;
 - ✓ Atendimento à demandas relacionadas ao Portal do Consignado;
 - ✓ Atendimento às demandas de Correios.
-
- **Preparação e entrega de manuais utilizados para treinamento dos servidores em várias tarefas:**
 - ✓ Aprimoramento do controle de caixas de digitalização tendo em vista a implantação do sistema DSDI/DOCS
 - ✓ Atualização dos procedimentos para envio de documentações via malote nos Escritórios Regionais;
 - ✓ Atualização de procedimentos de respostas à planilha de ocorrências encaminhadas pelos escritórios regionais;
 - ✓ Aprimoramento no controle de envio e recebimento de materiais nos escritórios regionais;
 - ✓ Treinamento sobre o imposto de renda com a equipe de atendimento, visando uma maior qualificação.

 - **Outras Melhorias:**
 - ✓ Aprimoramento de quadro composto de Técnicos em Gestão Previdenciária no atendimento da Sede, visando a melhoria da qualidade no serviço prestado ao usuário com a imediata resolutividade de demandas como alteração de conta, emissão de Declarações e respostas a requerimentos diversos;
 - ✓ Contratação de nova empresa para Recepção e Triagem de documentos visando sistematizar e agilizar os fluxos de trabalho do atendimento presencial.

 - ✓ Aplicação de sanção de multa e impedimento de licitar com a Administração à antiga empresa prestadora dos serviços de Recepção e Triagem, visando coibir a participação da referida empresa em novos certames;

- ✓ Manutenção dos serviços de vigilância e limpeza nos escritórios regionais;
- ✓ Atualização do Portal GRE, visando disseminar as atualizações de procedimentos e aprimorar acesso à informação pelos servidores que prestam atendimento ao público;
- ✓ Realização de manutenção nos escritórios por meio de revisão elétrica e hidráulica, limpeza e troca de aparelhos de ar condicionado de acordo com a necessidade local.
- ✓ Início na elaboração de estudo para mudanças nas localidades de atendimento de alguns escritórios regionais visando economicidade.
- ✓ Ampliação do espaço para atendimento do Escritório Regional de Campinas localizado no Poupatempo garantindo maior qualidade e conforto para os beneficiários lá atendidos.
- ✓ Início da reforma do Escritório Regional de Araraquara, visando melhorar e adequar a estrutura de atendimento;
- ✓ Início das negociações com a Secretaria da Fazenda para mudança do Escritório Regional de Araçatuba e Taubaté para aquele órgão através de Termo de Permissão de Uso visando economicidade para a São Paulo Previdência e trazendo facilidades aos beneficiários;
- ✓ Início das tratativas com a Polícia Militar do Estado de São Paulo visando a implantação de ponto de atendimento da São Paulo Previdência em suas dependências, a fim de proporcionar melhor atendimento à referida classe.

- **Relatórios mensais**

A GRE – Gerência de Relacionamento com Segurado prepara relatórios gerenciais para acompanhamento de todas as atividades dos escritórios regionais, bem como do atendimento na Sede e das ligações recebidas pelo Call Center.

- **Serviço de call center:**

- Início da implantação de novas tecnologias URA visando tornar o atendimento mais ágil e eficiente;
- Início da implantação de sistema CzRM;
- Início da implantação de agendamento para atendimento.

- **Fluxos no atendimento:**

Atendimentos Presenciais realizados na Sede: 64.559; Ligações Recebidas: 563.585; Fluxos iniciados no Atendimento Sede: 54.439 e Fluxos Iniciados no Atendimento Regional: 51.797; Cálculos Judiciais: 1.638.

AÇÕES FUTURAS

- Planejar e estruturar a implantação da Certificação ISO 9001 nos processos de concessão de pensões e aposentadorias;
- Aquisição de sede própria, sem ônus para o erário público, por meio de alienação de imóvel transferido à SPPREV pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, mediante permuta por área construída no local, desonerando a SPPREV das despesas com aluguel;
- Contratação, por meio de pregão eletrônico, de serviços técnicos especializados de instituição financeira com vistas à estruturação, constituição, administração e colocação no mercado de capitais, de cotas de um Fundo de Investimento Imobiliário destinado à gestão de patrimônio imobiliário da SPPREV, transferido pelo Decreto Estadual nº 57.181/2012, visando a sua rentabilidade e liquidez com a finalidade precípua de destinar recursos ao Fundo Previdenciário;
- Iniciar tratativas com vistas operacionalização da transferência do processamento da folha de pagamento dos inativos do Tribunal de Contas do Estado, órgãos do Poder Judiciário e do Poder Legislativo e Universidades;
- Desenvolvimento de algumas funcionalidades que deverão compor o módulo de VTC e Novo Fluxo de Aposentadoria ao longo do exercício de 2017.
- Aguarda aprovação da minuta de lei, dispondo alteração na Lei Complementar nº 180/78 e do Decreto nº 52.859/07, sobre o benefício previdenciário de pensão por morte no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS dos servidores públicos do Estado de São Paulo, em razão da Medida Provisória nº 664/2014 que alterou dispositivos da Lei Federal 8.213/91 e Parecer PA nº 15/2015;
- Aguarda aprovação da minuta de Decreto regulamentar, estabelecendo procedimentos e o uso do sistema de gestão previdenciária por meio dos fluxos de validação de tempo e contribuição - VTC e de concessão de aposentadoria para a contagem de tempo e solicitação de aposentação do servidor público segurado do regime próprio de previdência do Estado de São Paulo;
- Manutenção de cursos de reciclagem e aperfeiçoamento com enfoque em critérios e pagamento de aposentadoria e legislação previdenciária;
- Desenvolvimento do projeto de construção do módulo de CTC – Certidão de Tempo de Contribuição (ex-servidores) no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV;
- Disponibilização da tela de Requerimento COMPREV para todos os órgãos da Administração Direta, Autarquias (Administração Indireta), Outros Poderes e Universidades durante o exercício de 2017. Esta tela dispensará o envio do requerimento físico, possibilitando o preenchimento direto nesta tela criada dentro do Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV e juntada de documentos via upload de imagens; atualmente encontra-se em fase de testes.

- Aprovação da proposta de planejamento apresentada pela Diretoria de Benefícios de Servidores Públicos para o Programa de Capacitação do exercício de 2017 com enfoque na capacitação técnica específica para área de atuação, formação e capacitação de multiplicadores de conhecimento técnico, programa de educação previdenciária, gestão de pessoas no serviço público e desenvolvimento de visão estratégica;
- DRS/GPR – Finalização do fluxo de extinção no Sigeprev que encontra-se em fase de testes.
- DRS/GPR Automatizar de processos relacionados ao envio e recebimento de arquivos com entidades externas, como Banco do Brasil, Prodesp e PM, já com as regulares providências:
 - a) PM = processo automatizado em operação
 - b) Prodesp = processo automatizado em operação
 - c) Banco do Brasil - processo em homologação pela SPPREV e Banco do Brasil
- DRS/GTI Implantação do site Backup - A implantação do site backup consta no planejamento estratégico desde 2010 tendo sido recomendado inclusive pela Deloitte por ocasião da auditoria do SIGEPREV, entretanto, os custos para sua implantação são de grande monta e não foi possível fazer frente ao orçamento anual aprovado para a SPPREV.
- DRS/GTI – Implantação do sistema anti – incêndio (CO2) no CPD da sede – A SPPREV realizou estudos e visitas com algumas empresas que executam essa atividade, incluindo vistorias no ambiente do CPD – SPPREV, entretanto, os custos para implantação desse sistema são elevados o que tornou inviável a sua implantação até o momento.
- DRS/GRE Implementar novas tecnologias na URA, visando tornar o atendimento mais ágil e eficiente - a nova URA encontra-se em fase de gravação e assim que validada e homologada entrará em funcionamento (previsão para 02/2017). Está também em desenvolvimento o CzRM;
- DRS/GRE Desmembrar a atual Supervisão de Atendimento Presencial e Call Center (SAC) em duas supervisões com atribuições específicas às duas grandes áreas envolvidas, quais sejam, a Supervisão de Atendimento Presencial (SAP) e a Supervisão de Teletendimento (STA) – em análise pelo Grupo de Trabalho Reestruturação Organizacional

OUTRAS AÇÕES REALIZADAS EM 2016 QUE FORAM RELACIONADAS NO RELATÓRIO EXERCÍCIO 2015

- ✓ Absorção do PIN – Prêmio de Incentivo,- Tendo em vista, a divergência de entendimento acerca da absorção/pagamento da gratificação denominada PIN – Prêmio de Incentivo, destinada aos ativos e inativos vinculados a Secretaria da Saúde e Autarquias da Administração Indireta descentralizada. O assunto encontra-se suspenso, aguardando manifestação da Procuradoria Geral do Estado. Sem previsão para automatização do pagamento no Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV, atualmente o pagamento é realizado exclusivamente para os inativos que recebem a referida gratificação via ordem judicial;
- ✓ Regularizar a aposentadoria especial projeto compartilhado pelos resultados do Grupo de Trabalho – PGE - Instrução Normativa Conjunta SPPREV / UCRH 01 que estabelece instruções para o reconhecimento pelo Regime Próprio de Previdência Social do Estado de São Paulo, do direito à aposentadoria dos servidores públicos com requisitos e critérios diferenciados, de que trata o art. 40, § 4º inciso III, da Constituição Federal, com fundamento na Súmula Vinculante 33 ou por ordem judicial. A referida instrução dispõe de parâmetros para análise dos requerimentos de aposentadoria especial, baseados no artigo 40, § 4º, inciso III, da CF. Tais disposições aplicam-se aos servidores da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas do Estado e seus Conselheiros, das Universidades, do Poder Judiciário e seus membros e da Defensoria Pública e seus membros.
- ✓ Conclusão da 2ª fase do Projeto VTC e implementação e disponibilização do módulo de VTC – Validação da Certidão de Tempo de Contribuição no SIGEPREV à todos os órgãos de Recursos Humanos – RH da Administração direta e Autarquias da Administração Indireta até o final do 1º semestre de 2016 - Em 10 de março de 2016, esta nova plataforma fora disponibilizada para uso dos RH's de todas as Secretarias e Autarquias da Administração Pública Indireta de forma experimental. A partir do dia 1 de abril do referido exercício, o uso efetivo desta plataforma de padronização de contagem de tempo para fins previdenciários se tornou obrigatório, substituindo as Certidões de Contagem de Tempo (manuais ou via GDAE) pela Validação de Tempo de Contagem gerada pelo Sistema de Gestão Previdenciária – SIGEPREV (1ª Parte), vinculado ao fluxo de concessão de aposentadoria.
- ✓ DRS/GPR Desenvolver ferramenta que possibilite os usuários a extraírem relatórios com as informações contidas no banco de dados do SIGEPREV, sendo que tal ferramenta somente possibilitará a extração dos dados visualizados em tela, com aperfeiçoamento do BI; Os relatórios operacionais (dia-a-dia) já estão na sua maioria automatizados (Gerador de Relatórios e Auditoria); já as solicitações específicas continuam sendo demandadas para desenvolvimento da Atlantic (empresa terceirizada). Ação concluída, o BI já é utilizado pelas áreas para a geração de relatórios.
- ✓ DRS/GPR Criar módulos para controle e acompanhamento da DAF em relação aos pagamentos dos benefícios pagos pela Autarquia; Os módulos em desenvolvimento são os de arrecadação e fluxo de extinção (recuperação ou saldo). Não há previsão para módulo financeiro/contabilidade - Fluxo de arrecadação já está em operação pela DAF.